



Márcio Ferreira Kelles

Controle da Administração Pública Democrática

Tribunal de Contas no Controle da LRF

Prefácio

José Alfredo Baracho Júnior

296 páginas

ISBN 978-85-7700-087-6

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Márcio Ferreira Kelles

- Mestre em Direito Público pela PUC Minas;
- Especialista em Controle Externo pela PUC Minas;
- Bacharel em Direito – FD/UFMG;
- Bacharel em Ciências Econômicas – FACE/UFMG;
- Técnico em Contabilidade;
- Assessor do Conselheiro Simão Pedro Toledo, do TCEMG;
- Ex-diretor da Fiscalização Municipal do TCEMG;
- Conselheiro do Comitê Interministerial de Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Professor da ESAF – Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda;
- Professor da disciplina Direito Financeiro e de LRF do Curso de Especialização em Direito Público do CAD – Centro de Atualização em Direito/Universidade Gama Filho – RJ;
- Professor da disciplina LRF e Controle de Contas Públicas do curso de Especialização em Direito Público do IEC – Instituto de Educação Continuada – PUC Minas.

Trabalhos publicados

Gestão fiscal responsável e a ética na Administração Pública. *Revista do TCEMG*, Belo Horizonte, n. 3, 2002.

Gestão fiscal responsável. *Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP*, Belo Horizonte, nov. 2002.

Controle democrático da Administração Pública. *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, ago. 2004.

O Município e as regras de transição de mandato. *AMM – Municípios das Gerais*, Belo Horizonte, ano 2, n. 10, nov. 2004.

A presente pesquisa visou proceder a uma abordagem revisional da bibliografia relacionada ao tema “Controle da Administração Pública no paradigma do Estado democrático de direito”. Trata-se de fenômeno que vem se densificando nas sociedades democráticas contemporâneas, face ao esgotamento do sistema de representação política. A participação passa a ocupar espaço de relevo na cena política, em sintonia com a representação, de forma a buscar maior legitimação das políticas públicas também no que concerne ao controle democrático das contas públicas. Nesse cenário, cabe aos Tribunais de Contas o papel de superintender as ações de co-participação democrática dos diversos

segmentos sociais no acompanhamento e execução da gestão pública, hibridação absolutamente exitosa em todos os países civilizados do mundo e em diversas Cortes de Contas estaduais do Brasil. A tarefa se impõe em decorrência de imperativo constitucional e do elastecimento do tema da participação para a norma infraconstitucional, mormente a Lei Complementar nº 101/2000 — a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesta senda, a Lei de Responsabilidade Fiscal é valioso instrumento de auxílio para a consecução dos mecanismos de participação ou controle da Administração Pública, por se tratar de norma regulamentadora de dispositivo constitucional, sendo produto do mesmo legislador constituinte e também por tratar-se de introjeção em nossas terras de principiologia universalmente adotada nos países democráticos, na seara das finanças públicas, que determinam maior transparência na elaboração, discussão e execução das políticas públicas. Trata-se, portanto, de fenômeno que possui aderência com o Estado democrático de direito, paradigma da sociedade brasileira e alçada à equíprimordialidade pelo constituinte de 1988, cujo referencial há de ser plasmado em todas as ações e arenas da vida pública brasileira. Pela metodologia adotada, a pesquisa responde às diversas indagações acerca da democracia participativa e aposta na vivificação do tema como forma de fortalecimento do próprio Estado democrático de direito, tendo por norte a certeza de tratar-se de fenômeno bitransitivo entre a esfera pública e a sociedade civil, que requer maciços investimentos em educação, de sorte a protagonizar-se uma cidadania verdadeiramente ativa e consciente, e não massa de manobra para discursos epidérmicos e com propósitos meramente eleitoreiros.

SUMÁRIO DO LIVRO:

Prefácio

José Alfredo Baracho Júnior

Apresentação

Capítulo 1

Introdução teórico-metodológica

Capítulo 2

A evolução do pensamento democrático

Capítulo 3

A democracia no paradigma do Estado democrático de direito

Capítulo 4

A Administração Pública brasileira na Constituição de 1988

Capítulo 5

Controle democrático da Administração Pública

Capítulo 6

O Tribunal de Contas e o princípio democrático

Capítulo 7

Os Tribunais de Contas e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Capítulo 8

Conclusões e recomendações

Referências

Leitura complementar